

Os governos Lula e os golpistas de 08 de janeiro de 2023

Entrevista com Lúcio Flávio de Almeida*

José Rubens Mascarenhas de Almeida** e Joana Aparecida Coutinho***

Resumo:

Nesta entrevista com o cientista político Lúcio Flávio de Almeida, procuramos examinar os fatores que contribuíram para o crescimento da extrema-direita no país e, mais especificamente, os possíveis condicionantes que levaram um número significativo de pessoas de diversas inserções sociais à tentativa de um golpe de Estado contra o terceiro governo Lula, em 08 de janeiro de 2023.

Palavras-chave: Regimes políticos; Relações de classes; Desenvolvimentismos; Tutela militar; Imperialismo.

Lula governments and the coup plotters January 8, 2023

Interview with Lúcio Flávio de Almeida

Abstract:

In this interview with political scientist Lúcio Flávio de Almeida, we aim to examine the factors that contributed to the rise of the far-right in the country and, more specifically, the possible conditioning factors that led a significant number of individuals from different social backgrounds to participate the attempt of a coup d'état against the third Lula government on January 8, 2023.

Keywords: Political regimes; Class relations; Developmentalism; Military tutelage; Imperialism

* Livre-docente em Ciência Política. Professor do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica São Paulo (PUC-SP), São Paulo-SP, Brasil. Coordenador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS). Editor da revista *Lutas Sociais*. End. eletrônico: luflavio40@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9493-2647>.

** Doutor em Ciências Sociais. Pós-doutor pela Universidad Nacional Autónoma de México. Coordenador do Grupo de Estudos de Ideologia e Luta de Classes (UESB/CNPq). É professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista-BA, Brasil. End. eletrônico: rubens.mascarenhas@uesb.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0232-5461>.

*** Doutora em Ciências Sociais. Pós-doutora pela Universidade Nacional Autónoma de México. Coordenadora do Grupo de Estudos de Hegemonia e Lutas na América Latina. É professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís-MA, Brasil. End. eletrônico: joana.coutinho@ufma.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8846-6491>.

José Rubens Mascarenhas de Almeida & Joana Coutinho: Lúcio, agradecemos a aceitação do convite para esta entrevista. Nesse sentido, gostaríamos que nos falasse, em linhas gerais, sobre o avanço da extrema-direita no Brasil, ao longo da última década.

Lúcio Flávio de Almeida: considero a pergunta excelente, pois oferece a possibilidade de apresentar, mesmo que de modo provisório, algumas observações sobre a política brasileira contemporânea destacando aspectos novos e também continuidades.

Sugiro abordarmos, mesmo que rapidamente, dois períodos “virtuosos” da história sociopolítica brasileira: os anos JK (1956-1961), momento dourado do nacional-desenvolvimentismo no Brasil; e os anos Lula (2003-2011), ao longo dos quais se deslançaram as políticas neonacional-desenvolvimentistas. Nos dois casos, se produziu a forte impressão de que o Brasil, enfim, “chegaria lá” de modo rápido e ordeiro.

Deu ruim. Jânio Quadros, o sucessor de Juscelino Kubitschek, renunciou ao final de sete meses de governo e o país ficou à beira de uma guerra civil até que se produzisse uma conciliação que favoreceu os golpistas: adotou-se o parlamentarismo. Mas a questão se embaralhou. Por um lado, se intensificou a ascensão política das classes populares, inclusive no campo. Por outro, as forças golpistas ficaram incólumes e à vontade para, imediatamente, se prepararem para um confronto maior. E o regime foi brutalmente mudado pelo golpe militar de 1964, ponto inicial de uma ditadura militar que alteraria profundamente a correlação de forças sociopolíticas neste país.

Os governos Lula se instauraram na primeira década do século XXI, período que coincide com a ascensão de movimentos sociais e, na sequência, a propagação da chamada onda rosa neste subcontinente. Aqui, houve significativas melhoras nos indicadores sociais, o nível de emprego subiu, a produção aumentou, o salário mínimo real dobrou, o mesmo ocorrendo com o teto da aposentadoria. Tudo isso, mais o bolsa-família, irrigaram as economias de diversas regiões tradicionalmente assoladas pela pobreza e o mercado de bens de consumo duráveis se ampliou consideravelmente. O Brasil saiu do Mapa da Fome, a produção industrial aumentou, empresas brasileiras expandiram sua atuação pela América do Sul e Central e logo chegaram à África. E ainda se descobriu petróleo na Bacia do Pré-Sal.

Ainda mais do que nos Anos JK, o Brasil, agora sim, parecia condenado ao desenvolvimento. Lula encerrou seu segundo mandato com extraordinária aprovação popular, o que favoreceu extraordinariamente a eleição de sua sucessora, Dilma Rousseff. O aspecto simbólico foi importante: ex-guerrilheira, competente e primeira mulher a se eleger presidente deste país. Mais uma vez, o Brasil parecia condenado ao rápido desenvolvimento.

Existe um aspecto de regularidade aí. O país parece talhado para políticas de desenvolvimento capitalista que conquistam grande apoio de massas e despertam grande euforia. No entanto, em nome da liberdade, da defesa irrestrita do capitalismo e da luta contra a corrupção, os que dirigem politicamente este processo tornam-se alvos de uma fúria político-ideológica e são derrotados. No entanto, este segundo desenvolvimentismo em tempos de democracia (restrita) foi muito mais limitado do que o do primeiro período democrático de massas (restrito) e o ditatorial-militar.

Uma grande diferença entre os dois processos é que o desfecho do primeiro favoreceu o início de uma nova fase de intenso desenvolvimentismo (capitalista) sob o tação da ditadura militar, a consolidação da hegemonia do grande capital monopolista e feroz repressão à participação política e sindical das classes populares. Já o desfecho do segundo foi um golpe institucional que, longe de abrir espaço para uma nova rodada de desenvolvimentismo, subordinou-se à hegemonia da grande finança em estreita articulação com o grande capital agroexportador. Desta forma, o Brasil ficou à deriva dos grandes avanços tecnológicos que têm afetado todas as relações sociais.

Enfim, em aparente paradoxo, a oposição às políticas desenvolvimentistas na primeira fase democrática de massas (restrita) era de orientação liberal-excludente, envolveu-se com tentativas de golpe de Estado (inclusive o de 1964), porém não era fascista. Já a oposição ao neonacional-desenvolvimentismo é fortemente influenciada pelo neofascismo, adota um discurso pretensamente defensor da liberdade e abertamente pró-imperialista.

José Rubens Mascarenhas de Almeida & Joana Coutinho: Voltando um pouco no tempo, você identifica alguma relação da atual conjuntura com os protestos que se iniciaram em 2013?

Lúcio Flávio de Almeida: Sim. Existe grande continuidade e, claro, descontinuidades. Os períodos progressistas do capitalismo brasileiro possuem alguns aspectos semelhantes. Forte resistência de frações de classes e camadas sociais ao que percebem como destruições de seus direitos, de fato privilégios, que identificam como intrinsecamente ligados à liberdade e à civilização. É o caso da representação política institucional, do acesso a bens e serviços; dos direitos de cidadania; e da pretensão ao reconhecimento de sua superioridade cultural. Em geral, a defesa desses interesses se expressa por meio de um liberalismo excludente que também encontra suporte nas frações burguesas mais vinculadas aos interesses imperialistas.

De diferentes formas, estas coordenadas ideológicas estiveram presentes em períodos de implementação de políticas desenvolvimentistas e, nas últimas décadas, se intensificaram em razão da ofensiva neoliberal em contexto de crise do

capitalismo. A grande novidade é que, ao longo deste século, por uma série de mudanças sociopolíticas, o processo de, digamos, desconstrução do proletariado, tornou os trabalhadores e trabalhadoras, totalmente invisíveis como cidadãos e cidadãs políticas. Tentemos imaginar a presença, no noticiário televisivo, de qualquer ativista político na opinando sobre qualquer questão séria no nacional ou internacional. A figura onipresente, onisciente e onipotente do noticiário econômico é o “mercado”. E @s apresentadores/as parecem robotizados.

Por outro lado, os governos Dilma Rousseff procuraram ter um caráter mais “administrativo” e intensificaram as relações com a grande burguesia interna. Foi o que ocorreu, por exemplo, em relação ao Pré-Sal e às construções de hidrelétricas na Amazônia, com descaso para a questão ambiental. E quando interveio, o ministro da Justiça teve uma atuação lamentável. Primeiro, quando disse que queria ouvir os dois lados. Ora, nenhum indígena tinha matado proprietários de terras, em princípio, invasores. Em segundo lugar, quando esvaziou a participação da FUNAI na solução do conflito e se anunciou que, democraticamente, se transferiria a tarefa para o Congresso. Ora, não é no Parlamento brasileiro que marca fortíssima presença a representação dos latifundiários de todos os tipos? E a quantas andava (e anda) por lá bancada indígena?

O fato é que apenas políticas sociais “inclusivas” (no mercado consumidor de bens e serviços) produzem um efeito ideológico pesado (“a sociedade capitalista aparece como um depósito de mercadorias”) e, além disso, com ganhos materiais de baixo tempo de validade. A ausência de ação ideológica crítica abre espaço para o vale tudo da competitividade, especialmente sob a condução das formas de sociabilidade sob a égide de instituições religiosas formatadas a serviço da direita. O principal efeito deste processo foi a eliminação dos espaços de ação coletiva com um mínimo de autonomia. Criou-se uma espécie da mística da individualidade (ou individualismo místico) que, objetivamente, abriu caminho para tendências fascizantes. A meu ver, esta situação de desencanto com a ação coletiva de massas é um importante diferença que deve ser considerada quando se procura compreender a expansão do neofascismo no Brasil. A outra é a mencionada total desestruturação político-ideológica das classes trabalhadoras. O que tem a ver com as alterações pelas quais passa o sistema produtivo no plano mundial.

Em relação aos movimentos sociais, a atitude do governo também foi, sob diversos aspectos, lamentável. Em nome do “pacto federativo”, nada fez para evitar o horrendo massacre do Pinheirinho, em 2012. Também considero que o pessoal do Assentamento Milton Santos merecia um tratamento mais solidário quando ocupou a sede o INCRA em São Paulo. E as relações entre o governo petista e o clã Sarney não foram exatamente benéficas, inclusive para o PT do Maranhão.

Outro aspecto ideológico de boa parte da classe média tradicional e da nova classe média é a profunda admiração pelo que imaginam ser a vida em países imperialistas, em primeiro lugar, os EUA (em certa época, para círculos importantes

da classe média tradicional, a França). É incrível o número de pessoas que, em Nova York, uma cidade imensamente diversificada, passam quase todo o tempo no Times Square, hospedam-se e comem por lá, não pegam metrô e voltam orgulhosas por terem conhecido os Estados Unidos (e com a certeza de que “tudo funciona” por lá” de que vale a pena pagar impostos a um Estado que “presta serviços de boa qualidade”. No plano político, isto se expressa fortemente no que consideram defesa da ordem, o que impede a percepção de que suas resistências a qualquer mudança terminam por potencializar o que chamam de criminalidade. Passam o tempo todo a criticar a “falta de cultura” dos explorados e exploradas, mas não concordam com qualquer redistribuição de recursos estatais para que se modifiquem, mesmo dentro do capitalismo, as condições da imensa maioria do povo. E, claro, põem a culpa na corrupção.

José Rubens Mascarenhas de Almeida & Joana Coutinho: Como sabemos, no processo o vice-presidente Michel Temer, representante do chamado Centrão, assumiu a presidência em 2016. Qual a sua avaliação desse governo e, mais especificamente, do seu “Programa Ponte para o Futuro”, apelidado pelos movimentos sociais de “Ponte para o Abismo”?

Lúcio Flávio de Almeida: É provável que estudos futuros atribuam ao interregno Temer extraordinária importância pela adoção, em curtíssimo prazo, de políticas estratégicas para o avanço da exploração capitalista no Brasil. A começar pela vergonhosa regressão trabalhista, que ampliou extraordinariamente as condições jurídicas de exploração da força de trabalho, a começar pela vergonhosa substituição do pagamento das horas extras pelo banco (que chique) de horas; a feroz terceirização; a esperta substituição do legislado pelo negociado (Viva a liberdade!, Abaixo a tirania estatal!). E, lamentavelmente, mudanças que poderiam ter sido realizadas por meio de lutas dos próprios sindicatos, mas, ao longo de décadas, ficaram ignoradas, foram impostas pela reforma de modo predatório, pois se aproveitando de uma situação marcada pela enorme fragilidade do movimento sindical e político dos trabalhadores. Outra mudança jurídica que até hoje coloca a imensa maioria da população, ou seja, é a lei do teto de gasto, que torna o executivo tolhido de sua capacidade de decidir sobre o gasto público, o que transforma a política do Estado em guardiã dos recursos abocanhados pelo insaciável financismo.

Nada como um estadista depois do outro, durante o governo Bolsonaro, foi aprovada a autonomia (de fato, independência) do Banco Central, este pode expropriar boa base da capacidade governamental de gerir a política econômica, de modo a subordiná-la mais diretamente ao capital rentista. Mas fiquemos tranquilos, pois tudo isso é contra a “gastança”. Basta lembrar como o Lula, já antes de tomar posse, começou a fazer besteira com o “nosso” dinheiro.

José Rubens Mascarenhas de Almeida & Joana Coutinho: Em 2017, resultado de um processo jurídico conduzido pelo juiz Sérgio Moro, o Presidente Lula foi preso. Muitos pesquisadores interpretam esta ação como *lawfare*. Como você analisa aquele momento da história política do país?

Lúcio Flávio de Almeida: É interessante que, em meus velhos tempos de estudante universitário durante a ditadura militar, aprendíamos que a América Latina era repleta de grandes juristas capazes de glorificar os mais tirânicos atos de ditaduras sanguinárias. De fato, no caso do Brasil, que nem estava incluído no rol das repúblicas bananeiras, não bastava, por exemplo, vencer eleição presidencial: para tomar posse era necessário contar com o aval do grupo predominante, naquela conjuntura, no interior das Forças Armadas. Foi o que ocorreu com a posse de Vargas, eleito com um pouco menos de 50 por cento dos votos; a queda do próprio Vargas, que se suicidou antes de ser humilhado ao prestar contas na tristemente chamada “República do Galeão”; de JK, que só tomou posse em razão de um golpe de Estado, chamado golpe da legalidade; e cujo mandato só sobreviveu ao primeiro ano, em razão da derrota dos militares da oposição ao se voltarem (juntamente, com entre outros, os veículos da grande imprensa) contra a entrega de uma “espada de ouro” ao mesmo general, um ano após o referido golpe; e João Goulart, por duas vezes: na tentativa de impedi-lo de tomar posse em 1961; e ao ser deposto por um golpe dirigido por militares e com o apoio ativo da nascente burguesia interna, de boa parte das camadas média e do imperialismo; em 1964. Economizo tempo e espaço para, ao não abordar a posse de José Sarney, eleito indiretamente vice na chapa de Tancredo Neves como presidente definitivo, mas falecido no dia da posse.

Talvez seja possível tecer uma formulação mais geral. Lutadores e lutadoras sociais experientes costumavam dizer que só devia apelar para uma solução jurídica dos conflitos quando não mais houvesse alternativas. O que faz sentido, pois mesmo lutas sem grande caráter transformador obtêm grandes vitórias quando conseguem mudanças no ordenamento que determina as regras desses conflitos. Por exemplo, em certos momentos e lugares, greve era/é um escândalo inaceitável. Conseguir a aceitação, mesmo que tácita, de sua ocorrência ou, melhor ainda, transformá-la em direito, pode ser uma vitória tão ou mais importante do que a conquista desta ou daquela reivindicação particular.

Minha hipótese é que a rotinização do *lawfare* ocorre em um contexto de fraquíssimas ou até inexistentes lutas operárias e populares, o que abre condições para que a dimensão jurídica da ideologia adquira uma presença extraordinária no conjunto das relações sociais. Estamos o tempo todo impregnados pela interpelação de que somos, acima de tudo, sujeitos privados que competem segundo regras formalizadas, até implicitamente, em torno da noção do contrato, com exceção daqueles que concentram muito poder, no sentido comum do termo. Às vezes, assisto a auto-interdições que eram inimagináveis durante a ditadura militar.

Especialmente na fase atual do capitalismo, tal interpelação não implica, necessariamente, liberdade, mas tome cuidado com os atos cujas consequências jurídicas você não pode sustentar. Um exemplo que oscila do dramático para o ridículo foi a operação Lava Jato que, admiradíssima e temida pelo rigor e cultura jurídica de seus membros, todos a serviço do bem-comum, parecia um grupo de super-homens capazes de, num piscar de olhos, mandar alguém para o xadrez.

Como sabemos, logo essa aparência foi devassada.

Em razão de motivos conjunturais, torço para que, até que esclareçam as peripécias da tentativa de golpe, este fetiche mantenha seu prazo de validade. Em suma, é provável que o *lanfare* guarde, estreitos nexos com uma fortíssima presença da ideologia jurídica em nosso cotidiano.

Mas, por falar em *lanfare*, manifestação recente desta (sub?)cultura é xingar o Lula de presidiário (e Cristo? Mandela? Tiradentes?) sem se preocupar em saber porque e por quem ele foi aprisionado. Aliás, houve doses cavалares de *lanfare* no golpe de Estado contra Dilma Rousseff. Talvez não se deva esquecer que isso foi possibilitado por uma forte presença política do aparato militar brasileiro na definição, desde a alvorada da Guerra Fria, de quem pode assumir (e, por quanto tempo) a chefia do Executivo brasileiro.

José Rubens Mascarenhas de Almeida & Joana Coutinho: Com o Presidente Lula fora da disputa eleitoral, assistimos à chegada de Jair Bolsonaro à Presidência do Brasil. Qual sua interpretação destes fatos e dos apoios políticos que o candidato recebeu ao longo da campanha eleitoral?

Lúcio Flávio de Almeida: Neste caso, é importantíssimo não se deixar levar pelas aparências de repetição. É como se, embora velhos personagens permanecessem no palco, ficasse quase incólume, boa parte dos bastidores virasse um campo de disputas. A tentativa de um segundo mandato para Dilma Rousseff carecia de entusiasmo e, para muitos, com a passagem do bastão para o PSDB, se encerrava um longo ciclo de três vitórias consecutivas do Partido dos Trabalhadores. Lembro-me de um debate de acadêmicos pouco antes do segundo turno, quando a preocupação era grande. Um importante historiador e ativista fez e repetiu uma previsão que a muitos pareceu demasiado otimista: Dilma sairia vitoriosa por muito pequena maioria. Mas ao vencer, poderia superar uma série de problemas que se acumularam ao longo do primeiro mandato.

Sim, Dilma venceu por uma pequena diferença e, no domingo da vitória, apareceu com Lula, ambos leves e, creio, vestidos de branco, muito provavelmente um sinal de paz. Não por acaso, o novo governo não sinalizou, neste caso, a exemplo do anterior, qualquer iniciativa de mobilizar massas urbanas ou rurais em favor de seu programa de desenvolvimento. O Ministério da Fazenda e diversos cargos foram atribuídos a uma base aliada cuja maioria deslizava rapidamente para a

direita. E, em velocidade crescente, as políticas do governo, especialmente as voltadas para a obras de engenharia pesada e as sociais, eram vistas como provas de incontrolável corrupção: pelas origens indevidas dos recursos e pela compra da adesão, especialmente eleitoral, do povo pobre.

José Rubens Mascarenhas de Almeida & Joana Coutinho: Com o Presidente Lula fora da disputa eleitoral, assistimos à chegada de Jair Bolsonaro à Presidência do Brasil. Qual sua interpretação destes fatos e dos apoios políticos que o candidato recebeu ao longo da campanha eleitoral?

Lúcio Flávio de Almeida: Pôs-se em curso um fortíssimo desmonte das bases políticas do neoneoliberaldesenvolvimentismo enfraquecimento da grande burguesia interna, que conseguira melhorar sua presença no interior do bloco no poder. O governo assumia um perfil tecnocrático e assistia ao deslocamento da capacidade de mobilização para amplos segmentos da classe média, o que expressou em uma onda de protestos que se voltava contra tudo o que o PT representava. Este, por sua vez, apresentava profundo enfraquecimento da capacidade de mobilização; segmentos da classe média manifestavam pânico frente às políticas sociais do petismo; ofensiva do imperialismo contra política de desenvolvimento da indústria petrolífera do Brasil e perspectivas de maiores aproximações com a Venezuela e, inferno dos infernos, Cuba.

Como de costume, a força dessa torrente ideológica esteve longe de lavar o Brasil, mas teve o condão de canalizar um ressentimento tão forte contra políticas sociais articuladas ao neodesenvolvimentismo que fez com que as antigas Marchas da Família com Deus e pela Liberdade, parecessem caminhadas para aliviar enxaqueca. Era muito mais que classe média, muito mais que idosos, muito mais que o simples tucanato, muito mais violentas e, muito mais organizadas. E tudo isso sem que houvesse, no campo da esquerda, qualquer perspectiva de mobilização de massas em favor de objetivos sociopolíticos. Foram-se os tempos de Lacerda ou mesmo Castelo Branco. O palco se abria para Bolsonaro. Tempos de fascismo.

José Rubens Mascarenhas de Almeida & Joana Coutinho: E o que dizer do governo Bolsonaro, em especial de sua relação com os militares e com o movimento de extrema-direita internacional?

Lúcio Flávio de Almeida: Bolsonaro é a atual versão brasileira de um tipo que prolifera em diversas formações sociais capitalistas arrastadas por uma profunda crise. Crise econômica, política e ideológica em um longo período de igualmente profunda crise das forças proletárias e populares.

O chamado Mito tem imensa capacidade de comunicação de massa, mas, por outro lado, é de uma fragilidade também imensa no que se refere à formulação de

propostas e mesmo ao repertório vocabular. Sob esses aspectos ,ele se distingue de outras lideranças neofascistas como o Trump, nos EUA; Le Pen, pai e filha, na França; Giorgia Meloni, na Itália; Alice Weidel, na Alemanha; e mesmo Milei, na Argentina. Perto de todos eles, a pobreza de conhecimento, inclusive domínio verbal, de Bolsonaro é gigantesca, o que se articula a outra limitação: a incapacidade de dominar questões importantes relativas à condução da política de Estado. Funcionou: a política econômica adquiriu forte conotação (neo)liberal, o que, aliás, beneficiou extraordinariamente a grande finança. A vantagem foi demonstrar certa capacidade de adaptação à pequena política, o que, aliás, gerou uma continuidade com as forças sociais que apoiaram o golpe e proporcionou, por meio do Paulo Guedes, o prosseguimento, em novos termos, da política implementada pelo governo Temer.

Certa confusão surge entre diversos analistas em razão das afinidades mais explícitas entre neofascismo e neoliberalismo do que aquelas entre o fascismo clássico e o (neo)liberalismo. Creio que a diferença se explica, em boa parte, no primeiro caso, pelo fortíssimo impacto da Revolução Bolchevique de 1917. Mussolini passou pelo socialismo e o partido fundado sob a liderança de Hitler adotou o nome de nacional socialista dos trabalhadores alemães. Uma segunda diferença é que foi sob o fascismo que Alemanha e Itália fizeram a difícil transição para o estágio imperialista do capitalismo. Em terceiro lugar, tiveram de disputar fortes sindicatos e partidos de base operária, o que seria imensamente mais difícil se tivessem de simplesmente desmontá-los, como tem ocorrido nestes tempos neoliberais, quando, por exemplo, as políticas de Estado e a ideologia foram favorecidas pelo enfraquecimento desses sindicatos e partidos, o que tornou mais fáceis as tentativas de conduzir os trabalhadores para o “bom caminho”.

Já os nexos entre o neoliberalismo e o neofascismo foram objetivamente mais simples, pois o primeiro surgiu explicitamente em torno de propostas de conter os movimentos reivindicatórios de massa. Ou seja, como foi explicitado no manifesto da Comissão Trilateral, *The Crises of Democracy*, de 1975, o explícito objetivo das políticas estatais para “salvar” a democracia consistia em “conter as demandas”, pois estas haviam chegado a tal excesso que comprometiam a “governabilidade”. Ou seja, a democracia liberal era a opção preferencial, mas desde que compatível com importantes limitações aos movimentos de massas. Observo que um efeito perverso da assimilação desta ideologia por boa parte das esquerdas é a ausência de qualquer perspectiva estratégica em relação aos tipos de democracia, o que passa pela ausência de abordagens teóricas sobre os tipos de Estado, no caso, o Estado burguês. Nosso horizonte é bloqueado pelo conceito (noção?) de Estado democrático de direito, que - ainda bem - se contrapõe ao Estado ditatorial ou fascista. Um efeito colateral (mas dramático) desta ideologia é a incapacidade de sequer imaginarmos alternativas práticas a uma democracia burguesa fortemente idealizada. A defesa incondicional dos “Três Poderes”, especialmente o STF, como baluartes da democracia pensada em termos universais, ou seja, fazendo abstração

de seu caráter de classe. Sim, este apoio é importante quando é crucial combatermos a ofensiva fascista. Porém, não implica esquecermos que, praticamente com os mesmos magistrados mais importantes, a Suprema Corte teve papel fundamental na deposição da Dilma Rousseff; no impedimento da candidatura de Lula; na tragédia que foi o competente governo Temer frente às classes populares; na eleição de Bolsonaro; e no imenso enfraquecimento dos trabalhadores. Ou seja, aprofundamos nossa mistificação de uma democracia puramente eleitoral que só é aceita quando se mostra adequada aos interesses dos dominantes nos planos nacional e internacional. Um dos efeitos mais deletérios desta situação é que nos apresentamos como ardorosos defensores da ordem e deixamos a rebeldia nas mãos dos fascistas. E ainda nos chamam de desordeiros.

José Rubens Mascarenhas de Almeida & Joana Coutinho: De volta à cena política, Luiz Inácio Lula da Silva disputou e ganhou as eleições de 2022, o que, na nossa opinião, escancarou uma fratura política ainda maior: adeptos do bolsonarismo ocuparam quartéis, fecharam estradas e ameaçaram tomar o Congresso. Como avalia esse contexto? Ainda neste aspecto, é possível falar de um neofascismo no Brasil ou um processo de fascistização?

Lúcio Flávio de Almeida: Por partes. Creio que existe um neofascismo e existiu, inclusive, um governo neofascista no Brasil, que se desenrolou, mas foi contido, em razão da derrota eleitoral de 2022 e, mais ainda, do fracasso da alopada conspiração golpista da extrema-direita. Mais duas observações, até para evitarmos repetir, sob forma ainda mais farsesca, a questão de que, se houvesse decisão de resistir militarmente, o golpe de 1964 teria fracassado.

Impossível é palavra muito forte, mas é extremamente difícil encontrar uma situação em que a marcha de um golpe de Estado fosse tão visível a olho nu como a transcorrida um pouco antes e um pouco depois daquela do 08 de janeiro de 2023, com direito à recusa de ministros militares a estarem presentes em transferência do cargo; ostensivo acolhimento pelo Exército Nacional, no centro nevrálgico da capital do país, de acampamentos de explícitos golpistas de todos os tipos; e estreita interação de dois grupos; presença de certas figuras ilustres em acampamentos de golpistas. Foi uma tentativa de golpe altamente documentada. Faltou eficácia e, mais ainda, apoio da grande burguesia bancário-financeira; dos grandes meios de comunicação estreitamente ligados a ela; e do governo dos EUA, que, aliás, explicitou, por diversas vezes e meios, sua oposição ao golpe de Estado.

José Rubens Mascarenhas de Almeida & Joana Coutinho: Às vésperas de ser diplomado, em Brasília houve uma série de manifestações desse mesmo grupo político bolsonarista. Na sua opinião, ali já havia elementos concretos do que viria depois?

Lúcio Flávio de Almeida: É altamente provável que sim e resultados das investigações poderão agregar mais elementos a este respeito. Mas o que já se sabe é muito contundente sobre a tentativa de golpe militar com apoio de massas em praticamente todo o Brasil. Uma grande contribuição para evitar a vitória do golpe foi a recusa de Lula (que atribuí a inspiração à Janja) a decretar a GLO.

José Rubens Mascarenhas de Almeida & Joana Coutinho: O que diria a respeito da posse do Presidente Lula que, por várias vezes, recebeu ameaça de que não subiria a rampa do Palácio do Planalto?

Lúcio Flávio de Almeida: Por diversas razões, Lula dificilmente ganhará apoio firme das FAAA. Talvez o mais importante a este respeito nem seja, tomada isoladamente, a origem social dele. É, a meu ver, em primeiro lugar, sua histórica participação como principal dirigente de imensas greves operárias e populares no coração do que havia de mais moderno e dinâmico em matéria de parque industrial brasileiro, o ABC paulista; durante uma ditadura militar dotada de imensa capacidade de violência; em segundo lugar, greves com impactos favoráveis a mobilizações similares em diversos segmentos das camadas médias em todo o país; em terceiro lugar, ter dirigido o processo de criação do primeiro partido de massas de nossa História, um partido intitulado **Dos Trabalhadores**; em quarto, ter sido o principal impulsionador da criação da CUT, uma central sindical que emergiu de grandes greves de trabalhadores já durante a ditadura, o que fez dela participante da última grande dupla partido-sindicato originária das relações de classes em grandes partidos da Europa Ocidental, como a França e a Itália. Com a diferença de que, no Brasil, centrais sindicais não eram reconhecidas legalmente nem antes nem durante nem bem depois da ditadura militar. Em quinto lugar, o que não aumentava a simpatia das Forças Armadas, é que o PT abrigava um número bem maior de organizações políticas que se pretendiam socialistas do que qualquer grande partido de massas da Europa Ocidental.

Enfim, os termos em que foi negociada a transição da ditadura militar conduziram a uma democracia liberal (ou burguesa) limitadíssima. Os mais atrozes crimes realizados pelo regime, inclusive a tortura e, por vezes, o assassinato de opositores e opositoras, também foram poupados pela anistia. Mais ainda, o dispositivo constitucional que, a exemplo da Carta de 1946, poderia (e pode) ser invocado para se depor governo eleito (quem dá golpe militar não está muito propenso a discussões sobre interpretação de texto). Enfim, os gigantescos privilégios materiais atribuídos às Forças Armadas a distanciam enormemente das classes populares, o que também se aplica aos altos cargos civis do aparelho de Estado. Desta forma, contribuem para exacerbar a hostilidade a qualquer mudança do *status quo*.

Não faz qualquer sentido a intensa politização das Forças Armadas que a eleva à condição de árbitro do processo eleitoral brasileiro e, em última instância,

definidora das políticas estatais. Por outro lado, aumentam os sinais de profundo desequilíbrio na ordem internacional, o que me parece motivo mais do que suficiente para, sem quaisquer motivações intervencionistas, as Forças Armadas se capacitem para sua função de defesa da soberania nacional.

José Rubens Mascarenhas de Almeida & Joana Coutinho: Como sabemos, professor, uma semana após o início do governo Lula, veio a tentativa de golpe de Estado. Como avalia aquele momento?

Lúcio Flávio de Almeida: Com imensa preocupação. Creio que dificilmente haveria o mesmo desfecho de golpes com vitória parcial, como em 1954-55 e 1961, ou total (1964) das forças golpistas. Tanto na Itália como na Alemanha, o fascismo do entreguerras não favoreceu, muito pelo contrário, a integridade do aparelho militar. Milícias, ao se entranharem nas populações civis, criam redes de sociabilidade própria e fora de qualquer controle minimamente formalizado e subordinado a qualquer conjunto de normas voltado para uma comunidade maior que, apesar de declarada em estado terminal na virada do milênio, resiste bem: a nação. Quando um governante, no exercício de seu mandato, declara a existência, ou o desejo, de ter sua “própria” polícia, o recado da milicialização foi dado e é aterrorizante.

Mesmo se bem sucedida na deposição do governo, dificilmente as Forças Armadas evitariam uma crise de grandes proporções e o risco de serem engolidas por ela.

José Rubens Mascarenhas de Almeida & Joana Coutinho: No seu entender, a tentativa de golpe pode ser vista como uma reação da burguesia frente a avanços, ainda que limitados, de pautas populares nos governos “progressistas”? Se sim, quais forças políticas se mostraram fundamentais para deter aquele processo em curso?

Lúcio Flávio de Almeida: Retorno às observações que fiz e acrescento algumas. É de domínio público que os principais dirigentes do golpe não conseguiram coordená-lo. Mas creio que todas as razões desta deficiência, caso já estejam conhecidas, não foram publicizadas. O que se sabe é que vários representantes do aparelho estatal dos EUA, especialmente o presidente Biden, explicitaram por diversos meios sua inequívoca oposição ao golpe. Digamos que isso, em relação ao Brasil, tem uma importância que remonta a 1945, só que, desta vez, foi para manter o governo. Também se sabe que segmentos da grande burguesia interna, inclusive no setor rentista, e mesmo segmentos da grande burguesia associada, aí também incluídos participantes do rentismo, não apoiaram. A situação ficará mais clara quando se revelarem quais segmentos de frações

burguesas incentivaram e/ou se dispunham a apoiar o golpe. Quanto ao mais, no relativo às camadas médias e à pequena burguesia, também haverá grande necessidade de pesquisas. E, claro, também será importante examinar com maior objetividade as predisposições de pessoas pobres que foram favoráveis e, em Brasília, também das que participaram da invasão aos prédios dos três poderes. Por falar nisso, o mesmo exame se aplica ao Parlamento e a certos órgãos do Executivo, em especial os vinculados ao aparelho repressivo. Antes que eu cite pitorescas cidades de algumas regiões do Brasil, é melhor encerrarmos. Tempos de fascismo.

José Rubens Mascarenhas de Almeida & Joana Coutinho: Hoje, às vésperas de completar dois anos do desfecho da tentativa de golpe, quais perspectivas você percebe com relação ao que ocorreu e qual sua opinião sobre a cisão explícita imposta pelo avanço da extrema-direita no país? Poderia ser identificada uma base social para o golpismo no Brasil?

Lúcio Flávio de Almeida: No momento, nem me atrevo a responder à questão. Apenas reitero minha discordância a respeito da existência da polarização ou mesmo de politização da maior parte da população brasileira. Parcelas consideráveis se politizam, o que não implica, necessariamente, clareza acerca das relações entre os interesses e as opções adotadas. Mas na outra parte, também heterogênea, não existe envolvimento político equivalente. O que me preocupa, pois há muito o que refletir – e agir – em torno de temas e questões que requerem atualizações.

Se vocês perguntam sobre a tão falada polarização, compartilho minhas dúvidas com diversos estudiosos, inclusive mais próximos do liberalismo. Considero que, neste caso, o recurso àquela palavra não somente é errôneo como preenche clara função ideológica: legitima a existência da extrema direita, bem como seus atos antidemocráticos. Pois, afinal, ela enfrentaria seu “oposto complementar”: a extrema esquerda. E segue goela abaixo a “teoria da ferradura”: nada mais próximo da extrema direita do que a extrema esquerda. Nesta entrevista, eu me limito a observar que desconheço assassinatos ou bárbaras agressões de bolsonaristas por petistas. Quem foi morto por ferozes ativistas do MST?

José Rubens Mascarenhas de Almeida & Joana Coutinho: Por fim, professor, na perspectiva das lutas sociais, o que você vislumbra no futuro político do Brasil após esses eventos? Poderia o campo progressista, reconstruir uma hegemonia, no sentido gramsciano, capaz de barrar o avanço da direita radical no país?

Lúcio Flávio de Almeida: Logo esta questão ficou para o final! Já que vocês mencionam Gramsci, é impossível não nos lembrarmos da célebre formulação que

ele toma emprestada de Romain Rolland. E aí será preciso recorrer ao pessimismo da razão e ao otimismo da vontade, ambos em termos coletivos. Pois hegemonia não rima com solipsismo. Quanto mais esta vontade desenvolve seu caráter coletivo, mais se produzem condições para que, por meio da razão, ela potencialize os múltiplos e certos impactos de cada vez mais escolhas dotadas de componentes racionais que, que por sua vez, contribuam para descobertas de novos caminhos.

Sim, por diversas vezes, contingentes humanos conseguiram potencializar a razão crítica e, desta forma, iluminar a vontade coletiva. E aqui chegamos. Rejuntar os pedaços do mundo será importante para se produzir um novo. A vontade de transformar pode impelir ao conhecimento racional do quanto pode ser feito, o que só tem validade quando joga luz sobre como podemos fazer. Nos dois casos se inclui necessariamente contra o que e contra quem devemos pensar e articular de modo tão adequado quanto possível, nossas atividades científicas às nossas ações.